



Exmo. Senhor
Chefe do Gabinete de Sua Excelência o
Secretário de Estado dos Assuntos Parlamentares

S/REF:

S/COM:

N/REF:
P.º 5124/92(5)
N.º 4732/CG

Lisboa 21 DEZ. 2016

ASS: PERGUNTA 1371/XIII/2.ª, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2016

Ref: V/Ofício n.º 3781, de 11 de novembro de 2016

Senhor Engenheiro Nuno Araújo,

Em cumprimento do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, e em resposta às perguntas formuladas pelos Senhores Deputados Teresa Caeiro, João Pinho de Almeida, Ana Rita Bessa, Vânia Dias da Silva e Filipe Lobo D'Ávila, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional de informar o seguinte:

Primeira Pergunta: "O Exército continua a assegurar presença e vigilância das instalações que foram desafetadas do domínio público militar, continuando o edifício à guarda da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional?"

Sim, o Exército continua a assegurar a presença e vigilância das instalações que foram desafetadas do domínio público militar e a gestão do edifício continua à responsabilidade da Direção-Geral de Recursos da Defesa Nacional.

Segunda Pergunta: "Atendendo ao estado atual de degradação de um Monumento Nacional tão importante, como é o caso do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, considera o Senhor Ministro proceder a uma imediata intervenção em tal espaço? Se sim, quando se irá iniciar tal intervenção?"



A cobertura da Igreja do Mosteiro, onde se encontra o túmulo de D. Dinis, teve uma intervenção recente pelo que se considera salvaguardada a integridade deste artefacto.

Estando em análise uma proposta de cedência de utilização do Mosteiro, as futuras ações de conservação tanto do túmulo como dos claustros ficarão a cargo da entidade cessionária.

Terceira Pergunta: "O Ministério da Defesa Nacional tem conhecimento do projeto apresentado para o local por parte da Câmara Municipal de Odivelas? Se sim, qual o comentário que faz à utilização que se pretende dar ao Monumento? Concorda?"

A considerável dimensão do Mosteiro de Odivelas e instalações anexas determina que a melhor forma de conservação será uma continuada utilização dos espaços. Neste quadro o MDN tem conhecimento do projeto apresentado pela Câmara Municipal de Odivelas e concorda na preferência de uma utilização pública do Mosteiro, proporcionando o seu usufruto pela população local.

Finalmente, tratando-se de um Monumento Nacional, encontra-se assegurado que quaisquer intervenções estarão sujeitas a aprovação prévia da Direção-Geral do património Cultural.

Com os melhores cumprimentos

e consideração pessoal

O Chefe do Gabinete

(António Martins Pereira)